

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

RELATÓRIO DA PRESIDÊNCIA

Biênio 83-84

341.4192509811
P221r
F
Ex.1



200-1555
21/12

INTRODUÇÃO

Senhores Desembargadores:

Chegamos hoje ao final do mandato que honrosamente nos foi delegado por Vossas Excelências, neste Egrégio Tribunal de Justiça.

Durante os dois anos em que estivemos à frente do Poder Judiciário procuramos, com a ajuda de Deus, desempenhar, com o maior desvelo, as elevadas funções de Chefe deste Poder, enaltecendo-o e colocando-o, cada vez mais, em posição de igualdade e de permanente colaboração com os demais Poderes Constitucionais.

Acreditamos ter conseguido o equilíbrio, a independência e a harmonia desejadas sobretudo porque tivemos a felicidade de encontrar na pessoa de S. Exa. o Sr. Governador do Estado o apoio que não nos faltou em todos os pleitos e reivindicações em prol do Poder Judiciário. Igual registro também se aplica ao Chefe do Poder Legislativo, o Exmo. Sr. Presidente da Assembléia Legislativa do Estado. E a ambos aqui consignamos nossos peregrinos agradecimentos.

E é assim, colegas, que, com alegria e humildade, aqui estamos, na tranquilidade do dever cumprido, para apresentar a Vossas Excelências o balanço de nossa atuação no biênio que ora se encerra.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DO ESTADO DO PARÁ
Biblioteca Des. Antônio Koury
Data 21/12/90 Nº de Reg. 53790

342-1900-11
2201
F

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DO ESTADO DO PARÁ

XI DE AGOSTO

Manda a tradição que se comemore, nos meios forenses, a data da Instalação dos Cursos Jurídicos no Brasil. E o nosso Código Judiciário vigente — Lei 5.008, de 10.12.1981 — consagra, no seu artigo 499, a obrigatoriedade desses festejos: "O Tribunal de Justiça, nos dias 11 de agosto e 8 de dezembro, comemorará, em sessão solene, o "Dia da Instituição dos Cursos Jurídicos no Brasil" e o "Dia da Justiça".

Aquiessendo a convites formulados por esta Presidência, proferiram palestras alusivas à data os Professores Doutores Joaquim Gomes de Souza (11.08.83) e Álvaro Villaça Azevedo, este da Universidade de São Paulo (11.08.84).

DIA DA JUSTIÇA

Para oradora oficial das solenidades do Dia da Justiça, no ano de 1983, foi por nós convidada a Professora Ada Pelegrini Grinover, da Universidade de São Paulo, a qual discorreu, com brilhantismo, sobre o tema "Novas Tendências na Tutela Jurisdicional dos Interesses Difusos". Para funcionar como orador oficial na sessão do ano de 1984 trouxemos, também de São Paulo, o Professor Ives Gandra da Silva Martins, da Universidade Mackenzie e atual Presidente do Instituto dos Advogados de São Paulo, que, dissertando sobre "A Justiça e o Direito Natural", a todos encantou.

ESCOLA DA MAGISTRATURA

Durante a nossa gestão à frente do Poder Judiciário, uma de nossas maiores preocupações foi com relação ao elemento humano que compõe o nosso quadro funcional. Essa preocupação se fazia sentir sobretudo na preparação de pessoas capazes de desempenhar com eficiência as funções judicantes. E foi movido pelo interesse de melhorar o homem para melhor colocá-lo a serviço de seus semelhantes que tivemos a alegria de instalar o I Curso Oficial de Preparação de Juízes levado a efeito de 24.10.83 a 31.05.84

e que conseguiu atrair expressivo número de membros da comunidade jurídica da terra, os quais, para nossa alegria, chegaram ao final do Curso com geral aproveitamento.

Está, assim, nossa Escola da Magistratura semeando cultura jurídica, cujos frutos, estamos certos, haveremos de colher em futuro bem próximo.

REGIMENTO INTERNO

A 30 de dezembro de 1983, em cerimônia realizada no Auditório do Tribunal de Justiça, tivemos a oportunidade de lançar o novo Regimento Interno do TJE.

A obra foi o resultado de laborioso trabalho do eminente colega Desembargador Ary da Motta Silveira, como Relator da Comissão Elaboradora do novo diploma e que tinha ainda como membros os Desembargadores Ly-dia Dias Fernandes e Raymundo Hélio de Paiva Mello.

É de se ressaltar a necessidade premente que esse diploma veio suprir, uma vez que o anterior estava inteiramente defasado e nem de longe refletia a atual estrutura de nosso Tribunal.

INAUGURAÇÃO DA BIBLIOTECA

Em cerimônia que se realizou no dia 19 de junho de 1984, foi inaugurada a Biblioteca do Tribunal de Justiça.

Numa especial homenagem ao inesquecível Desembargador Antônio Koury foi dado o nome do saudoso Desembargador a esse novo recinto de saber e pesquisa jurídicas.

A Biblioteca "Antônio Koury" está localizada no térreo do Palácio da Justiça e funciona em horário integral, aberta à consulta de todos os profissionais do Direito.

SALA DOS MAGISTRADOS

Para o lazer e o conagraçamento dos magistrados, sobretudo dos colegas aposentados, criamos, nas dependências da antiga Biblioteca, uma sala de lazer, onde o magistrado encontra à sua disposição mesa, cadeira, máquina de escrever, televisor, geladeira, enfim todo o material necessário à realização de pequenos serviços num ambiente que também se constitui num local aconchegante para troca de idéias.

BIBLIOTECAS

Em nossa administração, implantamos, embora de forma incipiente, devido à escassez de recursos, Bibliotecas nas Comarcas e Termos Judiciários. Através da Diretoria de Documentação e Informação, determinamos a remessa a cada Comarca ou Pretoria de exemplares de obras jurídicas por nós adquiridas ou obtidas através de doação. Pretendemos seja essa a semente de futuros centros de difusão cultural, nos quais tenham os nossos magistrados e demais profissionais do direito oportunidade de atualização e aprimoramento.

MICROFILMAGEM E PROCESSAMENTO DE DADOS

Através de oportuna proposição da Diretoria de Documentação e Informação já estão instalados os Serviços de Microfilmagem do Tribunal de Justiça do Estado.

Esses serviços de há muito eram necessários, até pela escassez de espaço físico do prédio que abriga o T.J.E.

Os recursos para sua completa implantação já estão alocados no Orça-

mento de 1985, o que possibilitará ao Poder Judiciário solucionar os problemas de espaço e informação com absoluta segurança.

A estrutura organizacional para a perfeita operacionalidade dos serviços e chefias está consolidada.

INAUGURAÇÃO DE FORUNS

Foi inaugurado a 25.02.1983 o Fórum da Comarca de Santa Izabel do Pará.

No ano de 1984 foi inaugurado o Fórum da Comarca de Castanhal, o qual recebeu o nome do Desembargador João Bento de Souza. A inauguração foi realizada a 17 de março daquele ano.

REVISTA DO T.J.E.

Lançamos, em nossa gestão, seis volumes da nossa Revista (30 a 35), todos editados e impressos pelo Centro de Estudos Jurídicos do Pará, órgão cultural que vem colaborando efetivamente com o Poder Judiciário.

A periodicidade da Revista foi mantida graças ao empenho de sua Comissão Editorial – composta pelos Desembargadores Ricardo Borges Filho, Stéleo Menezes e Almir de Lima Pereira e ao trabalho continuado de seu diretor, Dr. Gengis Freire de Souza. Nossa publicação tem merecido confortadora acolhida da parte dos magistrados, membros do Ministério Público, advogados de nosso Estado e de outras unidades da Federação para onde é remetida, mercê de sua excelente feição gráfica e do alto nível de seus colaboradores.

REPRESENTAÇÕES

De 7 a 18 de maio de 1984, na cidade do Rio de Janeiro, representamos o Poder Judiciário de nosso Estado no curso "Estratégias para o Aperfeiçoamento do Federalismo no Brasil", realizado pela Escola Superior de Guerra.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DO ESTADO DO PARÁ

Representamos, ainda, o nosso Estado, na cidade de Recife, durante o I Encontro Nacional de Presidentes de Tribunais de Justiça.

OUTROS EVENTOS

No cumprimento de nosso mandato, tivemos a oportunidade de representar o Poder Judiciário em todos os eventos para os quais recebemos convite ou ainda naquelas solenidades em que o Chefe do Poder Judiciário devesse se fazer presente.

Tivemos ainda oportunidade de estar presente aos Encontros dos Magistrados realizados nas cidades de Salinópolis, Soure e Santarém, realizados respectivamente nos dias 13 a 15 de abril, 28 a 30 de junho e 4 a 7 de setembro.

Participamos ainda, presidindo as sessões de abertura, dos Cursos "A Prova Penal" (expositor Prof. Hélio Tornaghi); "Curso Teoria Geral das Obrigações" (Álvaro Villaça Azevedo); "Curso Intensivo de Processo Civil" (Rogério Lauria Tucci); "Seminário de Direito Administrativo" (José Cretella Júnior e Odete Medauar); "I Seminário de Direito Tributário" Antonio Roberto Sampaio Dória e Gerd Willi Rothmann); "Curso de Direito Tributário" (Ives Gandra da Silva Martins); "Curso Intensivo de Direito Processual Penal" (Rogério Lauria Tucci); "Curso de Atualização em Direito Civil – Contratos" (Álvaro Villaça Azevedo). Todos realizados pelo Centro de Estudos Jurídicos do Pará em colaboração com este Tribunal de Justiça. Participamos ainda da Sessão de Instalação do "I Curso Oficial de Preparação de Juízes" e do "I Curso de Atualização em Ciências Jurídicas". Vale ressaltar ainda o "Curso Fundamentos de Direito Agrário", também realizado pelo CEJUP durante a nossa gestão.

Representamos ainda o Poder Judiciário nas Sessões de lançamento dos livros *Princípios Fundamentais do Direito Tributário Atual* (Antonio Roberto Sampaio Dória e Gerd Willi Rothmann); *Regimento Interno do TJE*, que teve como Relator da Comissão o Desembargador Ary da Motta Silveira; *Ignácio de Souza Moitta – Juiz e Humanista*, de autoria do Prof. Clóvis de Moraes Rego; *Sentença e Coisa Julgada Civil*, de autoria do Prof. Rogério Lauria Tucci e da Dra. Maria Lúcia Gomes dos Santos; *Três Estudos de Direito Processual Penal*, do Desembargador Silvio Hall de Moura; *Contra-*

tos Inominados ou Atípicos, do Prof. Álvaro Villaça Azevedo; *Recursos Criminais*, do Desembargador Almir de Lima Pereira; *Jurisdição, Ação e Processo Penal*, do Prof. Rogério Lauria Tucci; *Exercícios Práticos de Direito Civil*, de Álvaro Villaça Azevedo; *Comentário à Lei do Divórcio*, de Rubens Limongi França; *Direito Constitucional Tributário*, de Ives Gandra da Silva Martins, e *A Questão Jusagrarista na Amazônia*, de Luiz de Lima Stefanini, todos editados pelo Centro de Estudos Jurídicos do Pará, alguns em colaboração com o Tribunal de Justiça do Estado.

TRIBUNAL PLENO

O Tribunal Pleno realizou, durante o ano de 1983, 18 Sessões Ordinárias, 11 sessões extraordinárias, além de 4 sessões solenes e 4 sessões especiais.

No ano de 1984 o Tribunal Pleno esteve reunido 26 vezes, sendo 18 ordinárias, 5 extraordinárias, 2 solenes e 1 especial.

CONSELHO DA MAGISTRATURA

O Conselho da Magistratura esteve constituído até a presente data pelos Desembargadores Edgar Maia Lassance Cunha, Ossiam Corrêa de Almeida, Almir de Lima Pereira, Ary da Motta Silveira e Stéleo Bruno dos Santos Menezes e realizou durante o ano de 1983 16 Sessões ordinárias e extraordinárias, apreciando e julgando feitos de sua competência.

No período de 1984, realizou o Conselho 13 sessões ordinárias.

CÂMARAS REUNIDAS E ISOLADAS

Durante o ano de 1983, foram realizadas 39 Sessões das Câmaras Criminais Reunidas e 39 das Câmaras Cíveis Reunidas. As Câmaras Isoladas, em número de três, reuniram com a seguinte frequência: 1ªs Câmaras, 35 vezes, as 2ªs Câmaras 34 vezes e as 3ªs Câmaras 34.

No ano de 1984, as Câmaras Criminais Reunidas e as Câmaras Cíveis Reunidas realizaram, cada uma, 39 Sessões, enquanto que as Câmaras Isoladas – 1ª, 2ª e 3ª – reuniram, respectivamente, 32, 35 e 36 vezes.

RECURSOS PARA O S.T.F.

Esta Presidência despachou, durante o ano de 1983, 62 Recursos Extraordinários, e, em 1984, esse número subiu para 67.

NOVA DESEMBARGADORA

Pelo critério de merecimento, ascendeu ao Tribunal de Justiça do Estado, na vaga deixada com a aposentadoria compulsória do Desembargador Manoel Cacella Alves, a Dra. Maria Lúcia Gomes Marcos dos Santos, que era titular da 9ª Vara Cível e havia recentemente permutado com o Dr. Juiz de Direito da 6ª Vara Cível.

A posse da nova desembargadora deverá ocorrer no próximo dia 04.02.1985.

REMANEJAMENTO FUNCIONAL

Na esfera estadual havia uma grande diferença de níveis, dentro de uma mesma categoria funcional, de um Poder para o outro.

Em julho de 1984, através de Decreto Estadual, esse desnivelamento foi atenuado com a criação de novas referências de vencimentos para o Grupo de Apoio Judiciário e em consequência houve o remanejamento dos integrantes desse Grupo para os novos níveis criados.

Por esse Decreto, o número de níveis dentro dessa categoria elevou-se de cinco para oito, dentro do Poder Judiciário.

A essa altura, o Legislativo já dispunha de 12 níveis contra os oito existentes no Judiciário.

Em setembro, novos níveis foram criados e valores-referência fixados, nivelando, definitivamente, os funcionários do Judiciário aos do Legislativo, cada qual com 12 níveis.

QUINQUÊNIOS

A 30 de dezembro de 1983, o Exmo. Sr. Governador veio pessoalmente a este Palácio, e, no Salão Nobre, sancionou a Lei nº 5.110, de 29.12.1983, que significativos benefícios trouxe à Magistratura no que concerne à contagem dos quinquênios de serviço público.



Agradecemos a todos aqueles que, de uma forma ou de outra, contribuíram para o bom êxito de nossa missão e, especialmente, aos nossos Pares e aos servidores do Poder Judiciário, que nos obsequiaram com seu esforço e dedicação permanentes.

Aos Exmos. Srs. Desembargadores Ary da Motta Silveira, Almir de Lima Pereira e Nelson Silvestre Rodrigues de Amorim, que hoje assumem, respectivamente, os cargos de Presidente, Vice-Presidente e Corregedor Geral da Justiça, a nossa certeza de que tudo farão, como até hoje têm feito, em prol da independência e do prestígio cada vez maior do Poder Judiciário.

Belém (Pa), 01 de fevereiro de 1985

Edgar Maia Lassance Cunha
Desembargador Presidente

Visitas Oficiais

1983

Presidente da Assembléia Legislativa – Deputado Lucival Barbalho
Presidente da Câmara Municipal de Belém – Vereador Emanuel Óde Almeida
Secretário de Segurança Pública – Dr. Paulo Sette Câmara
Governador do Estado – Dr. Jader Fontenelle Barbalho
Presidente do Tribunal do Trabalho – Dr. Roberto Santos
Prefeito de Belém – Dr. Loriwal Magalhães
Embaixador da Finlândia – Pekka Korvenheiro
Prefeito de Belém – Said Xerfan
Presidente do Banpará – Dr. Nelson Ribeiro
Presidente da O.A.B. (secção do Pará) – Dr. Ophir Cavalcante
Prefeito Municipal de Belém – Dr. Almir Gabriel
Superintendente do Aeroporto Internacional de Val-de-Cães –
Coronel Camilo Ferraz de Barros
Embaixador do Líbano – Fakri Sashiyatt
Embaixador do Peru – Alejandro Deustua
Delegado do Ministério do Trabalho – Dr. Antonio Medeiros
Secretário de Saúde – Dr. Luiz Carneiro
Embaixador da África do Sul – Frederico Conradie
Embaixador da Venezuela – Indegar Perezsegnini
Embaixador do Suriname – René Halfhuid

1984

Deputado Mário Chermont
Superintendente da Embratel, Dr. Roberto Lamoglia
Embaixador do Japão, Kuniyoshi Date
Chefe da Empresa Camargo Correa
Almirante Eugênio Frazão
Embaixador da URSS, Vladimir Pchernichov

Dr. Milciades Braga

Embaixador da Iugoslávia, Vojislav Peric

Comandante da 8ª Região Militar, General Hélio Pacheco

Embaixador da Romênia, Gheorghe Apostol

Diretor Geral do Detran, Coronel Mário Rocha

Cônsul Geral da África do Sul, B. J. Walters

Embaixador da Áustria, Bruce Woodberry

Almirante Mário Hermes

Novo Cônsul Geral do Japão – Takeyoshi Ito

Ministro do TST, Marco Aurélio Macêdo, e Antonio Monteiro Fernandes,

professor da Universidade de Lisboa

Embaixador da Coreia, Ro Myung Gong

Embaixador da Dinamarca, Martin Kofod

Presidente do Banco Central, Dr. José Homem Guimarães

Embaixador da Grã-Bretanha, John Burgs Ure

Deputado Vicente Queiroz

Fatos Relevantes

- A elaboração, lançamento e publicação do Regimento Interno do Tribunal de Justiça
- O envio, ao Governo, do Ante-Projeto do Regimento de Custas
- A nomeação dos Juizes não titulares de Varas
- O convênio firmado entre o Tribunal de Justiça e a Secretaria de Estado de Justiça para a implantação de computação (informática) nos processos judiciais
- A instalação e o funcionamento da Escola da Magistratura
- Adaptação das novas dependências da Biblioteca, Arquivo e Microfilmagem no andar térreo do Palácio da Justiça
- A assinatura, pelo Sr. Governador do Estado, da Lei nº 5.110, de 29 de dezembro de 1983, no Salão Nobre do Tribunal, que beneficiou a magistratura com relação aos quinquênios
- Inauguração dos Fóruns das Comarcas de Santa Isabel do Pará e Castanhal
- Remanejamento Funcional
- Inauguração da Sala de Lazer dos Magistrados
- Implantação de Bibliotecas nas sedes das Comarcas e Termos Judiciários
- Adoção de novos modelos de carteiras de identidade para os magistrados
- Aquisição de 8 (oito) veículos novos para o Poder Judiciário
- Lançamento de obras jurídicas
- Promoção de Cursos e Seminários, em colaboração com o CEJUP, dentro da programação da Escola Superior da Magistratura

Capa: Genildo Mota
Ilustração: Nirlando Lopes

*O desenho representa uma das janelas
do prédio à Rua dos Mercadores
(hoje Conselheiro João Alfredo)
onde, a 3 de fevereiro de 1874, instalou-se
o primeiro Tribunal de Relação do Pará.*

N.Cham. 341.4192509811 P221r F
Autor: Pará. Tribunal de Justiça
Título: Relatório da Presidência : biênio 83-84.



2101
1550

Ex.1 TJE-PA BC

